

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E HORTAS COMUNITÁRIAS: GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

SOCIAL ENTREPRENEURSHIP AND COMMUNITY GARDENS: GENERATION OF EMPLOYMENT AND INCOME

Demóstenes Dantas Vieira¹
Antônio Soares Junior da Silva²

RESUMO

As hortas comunitárias em zona urbana perpassam a compreensão da noção de cidade-campo e a reinvenção da paisagem social, não só numa perspectiva física como também econômica. Diversos estudos tem apontado para a agricultura urbano-familiar e comunitária como uma alternativa para promover condições de subsistência e dignidade humana, combate ao desemprego, à exclusão e à segregação advinda do capitalismo. Este trabalho, de cunho bibliográfico, suscita a reflexão sobre a sustentabilidade social e as contribuições das hortas comunitárias para inclusão daqueles marginalizados economicamente. Para tanto, adotamos como aporte teórico a noções de capital em Bourdieu (2007), de empreendedorismo social em Oliveira (2004), Noruzi, Westover e Rahimi (2010), Dees (1998), Albagli e Maciel (2002) etc. O desenvolvimento da pesquisa aponta para a necessidade de se pensar políticas públicas educacionais que suscitem, orientem e acompanhem o desenvolvimento da agricultura urbano-familiar e/ou comunitária, mais especificamente, das hortas familiares.

Palavras-chave: Hortas comunitárias. Empreendedorismo Social. Políticas públicas.

ABSTRACT

Community gardens in urban areas underlie the understanding of the city-field concept and the reinvention of the social landscape, not only from a physical perspective but also economic. Several studies have pointed to the urban-family and community farming as an alternative to promote livelihoods and human dignity, combating unemployment, exclusion and segregation arising from capitalism. This work, bibliographic, raises the reflection on social sustainability and contributions of community gardens for inclusion of those marginalized economically. To this end, we have adopted as the theoretical notions in the capital Bourdieu (2007), social entrepreneurship in Oliveira (2004), Noruzi, Westover and Rahimi (2010), Dees (1998), Albagli and Maciel (2002) etc. The development of research points to the need to think about educational policies that raise, guide and monitor the development of urban agriculture-family and / or community, more specifically, kitchen gardens.

Keywords: Community gardens. Social Entrepreneurship. Public policies.

¹ literaturaevinda@yahoo.com.br

² antoniojunioedu@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A partir das últimas décadas do século passado, a temática do empreendedorismo tem alcançado maior atenção por parte de governos, empresários, trabalhadores e toda sociedade. Segundo Ayres (2001), o surgimento de uma economia informacional global deve-se a transformações profundas ocorridas no ambiente econômico nos últimos anos, mais especificamente, na organização da produção e na configuração dos mercados ao redor do mundo. Apoiadas na tecnologia da informação, estas mudanças eram uma resposta das organizações ao acelerado ritmo dos acontecimentos.

Para Stewart (1998), desenvolver a gestão de agentes sociais em redes, ao mesmo tempo em que possibilita articular vários saberes e habilidades em torno de uma atividade de forma dinâmica, estimula a iniciativa, a flexibilidade e a participação dos integrantes, direcionados ao incremento da conectividade. Isso faz com que as parcerias sejam o instrumento principal de geração de informação e conhecimento destinados ao serviço que visam prestar. Conforme afirma Ayres (2001, p.06) “a constituição de uma teia de relações em torno de objetivos delimitados e fortemente compartilhados, articulada para a concretização de atividades diversas e mutáveis, amplia o campo de ação das organizações não governamentais, gerando oportunidades e aumentando seu potencial competitivo”.

Para Pádua e Rouere (2002 *apud* GODOI-DE-SOUZA, 2008), o empreendedorismo social se refere à “contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores, cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas.” Melo Neto e Froes (2002 *apud* OLIVEIRA *et al*, 2008) apresentam o empreendedorismo social como um paradigma emergente de um novo modelo de desenvolvimento: humano, social e sustentável.

Nesse sentido, a dimensão local do empreendedorismo, assim como das estratégias de desenvolvimento local de modo mais amplo, começou a ganhar expressão desde o final da década de 1970, em contraposição às teses sobre modernização e desenvolvimento exógeno, vigentes nos anos 1950 e 1960. Colocou-se também progressivamente como alternativa ao modelo de inserção competitiva no mercado mundial que se difundiu desde os anos de 1980 (ALBAGLI E MACIEL, 2002).

Diante do quadro político-social apresentado, a presente pesquisa, de caráter bibliográfico e empírico, visa discutir o papel do empreendedorismo social como base para a promoção do desenvolvimento social a partir de políticas públicas, particularmente, no contexto da criação e gestão de hortas comunitárias no meio urbano das grandes cidades, da distribuição renda e melhoria da qualidade de vida, bem como do desenvolvimento local e regional. Contextualiza-se, em primeiro lugar, a importância do empreendedorismo como tema estratégico, bem como a importância das iniciativas de políticas públicas com ações locais para seu florescimento. Introduce-se, em seguida, a discussão sobre as experiências urbanas com agricultura que se dirigem à valorização de espaços limitados, onde residem populações socialmente marginalizadas.

2 O EMPREENDEDORISMO SOCIAL E AS CIÊNCIAS HUMANAS

As concepções provenientes do senso comum nos fazem associar o empreendedorismo a uma prática proveniente do mercado capitalista e das atividades privadas laborais, restringindo o empreendedorismo a um ato, essencialmente, empresarial. Entretanto, essa concepção não é “totalmente” coerente, tendo em vista que limita a complexidade do significado e da prática de ser um sujeito empreendedor, ao passo que direciona o empreendedorismo a um espaço e a um indivíduo específico, no caso, o empresário. Se analisarmos as sociedades primitivas, iremos perceber que o empreendedorismo é muito mais antigo do que pensamos. Nelas, o ato de empreender se faz presente quando os seres humanos desenvolveram as primeiras práticas de inovação para adquirir formas de subsistência. Diante disso, vale apresentar algumas concepções de alguns autores que se fazem de suma importância para a compreensão desse termo.

Albagli e Maciel (2002) escrevem que o empreendedorismo está intimamente ligado à transformação de ideias em algo inovador, no tocante que são postas determinadas situações e oportunidades que devem ser aproveitadas, pois as mesmas podem proporcionar as mudanças necessárias. Como corolário, Druker (1987) escreve que as mudanças oferecem diversas situações que possibilitam práticas criativas e inovadoras. Dees (1998) também avigora o pensamento de Druker, pois enfatiza que a concepção de oportunidade é de fundamental importância para compreender o termo empreendedorismo que, segundo ele, não pode ser entendido sem a noção de oportunidade.

Conquanto afirmam Noruzi, Westover e Rahimi (2010), o empreendedorismo é inato ao indivíduo, o que falta muitas vezes é orientação para o despertar de uma ação empreendedora articulada. Filion (1999) ressalta que o indivíduo empreendedor articula-se tendo como foco metas e objetivos, utilizando-se da imaginação para realizar ações que estão além do imediatismo. Ainda segundo Druker (1987), a expressão empreendedorismo não deve ser associada necessariamente ao mercado, pois é notória a aptidão humana para o ato de empreender, tanto em situações formais como nas práticas cotidianas, apesar de que as relações sociais na era da globalização proporcionam vários ambientes que necessitam de profissionais com características empreendedoras (QUINTÃO, 2004).

Os autores já mencionados apresentam a ideia de inovação e de oportunidade como características intrínsecas e essenciais ao termo empreendedorismo. Outros pensadores como Costa, Barros e Carvalho (2011) ressaltam que a ênfase dada aos profissionais empreendedores, na era da globalização, materializa-se devido às diretrizes da economia capitalista de mercado que possibilita o processo de naturalização do modelo econômico centrado no empreendedorismo, este passa a ser visto como um modelo ideal a ser seguido. Segundo Quintão (2004) todas as pessoas podem assumir o papel de empreendedor, basta intensificar as habilidades de observação das situações e despertar a criatividade para utilizá-las a seu favor.

Embora existam muitas críticas postas ao empreendedorismo, ele ainda é valorizado e instigado, pois é algo necessário à ordem presente, produzindo empreendedores de sucesso que, por sua vez, são vistos como grandes “divindades” da gestão organizacional (QUINTÃO, 2004), tendo em vista as

múltiplas possibilidades de se pensar a *sustentabilidade social e econômica*³.

Segundo Dees (1998), Noruzi, Westover e Rahimi (2010) o *Empreendedorismo Social* converge com o econômico, apesar de que o primeiro tem como princípio basilar a construção da dignidade humana e dos meios de subsistência familiar, enquanto que o *Empreendedorismo Econômico* centra-se na produção econômica, na obtenção do lucro e a redução dos gastos e custos. Aquele objetiva encontrar pessoas que possam intervir na sociedade por intermédio das ações sociais, ocasionando mudanças sociais, enquanto que este está associado ao capital econômico, à luta de classes e mesmo à *distinção social*⁴.

Segundo Albagli e Maciel (2002, p. 01), “o tema do *capital social* vem recebendo considerável atenção, particularmente entre sociólogos, economistas e cientistas políticos, além de organizações públicas e privadas”, concebendo-o a partir de duas outras perspectivas: “individual e comunitária”.

Ainda conforme escrevem Albagli e Maciel (2002, p. 09), o capital social individual refere-se a “como indivíduos têm acesso e usam recursos embutidos em redes sociais, baseadas em relações de confiança e reciprocidade, para obter ou preservar ganhos (a ênfase recai em redes egocentradas)”. Por sua vez, o capital social em nível comunitário refere-se a maneira que certos grupos “desenvolvem e mantêm mais ou menos capital social como um ativo coletivo e como tal ativo pode melhorar a qualidade de vida dos membros da comunidade. Isto não exclui a possibilidade de que alguns grupos beneficiem-se de tais vínculos sociais em detrimento de outros” (ALBAGLI E MACIEL, 2002, p. 09).

Ainda segundo os autores, da perspectiva comunitária, capital social pode referir-se à:

laços estritamente no âmbito de um grupo ou comunidade, também chamados ‘exclusivos’ ou redes internas (*bonding social capital*), o que pressupõe forte coesão interna, tendendo a reforçar identidades e grupos homogêneos, mas podendo gerar também exclusões; laços entre grupos heterogêneos, algo análogo com laços com redes externas, também chamados ‘inclusivos’ (*bridging social capital*), que são aparentemente mais frágeis, mas também mais propícios a incorporar grupos e indivíduos através das diferentes clivagens sociais e, portanto, mais aptos a promover a inclusão social (ALBAGLI E MACIEL, 2002, p. 10).

A relação capital e empreendedorismo é inegável, entretanto muitas discussões tem sido levantadas sobre o capital como princípio básico da vida social e sobre o paradigma marxista como princípio científico condutor das análises sociais, tendo em vista que outros fatores constituem parte da vida social, como pilares dos *processos de configuração*⁵, tais como os laços de parentesco, o território, a afetividade, a sexualidade, as emoções, entre outros.

³ Ao desenvolver uma pesquisa na região carbonífera da cidade de Criciúma – SC, e tendo como aporte a *Psicologia Ambiental*, Gonçalves (2007) desenvolve algumas reflexões sobre o paradigma da sustentabilidade. Segundo ela, é necessário repensarmos o conceito de sustentabilidade ambiental e econômica para assim resgatarmos a esfera humana, tendo em vista a necessidade de se pensar o desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social, à qualidade de vida, à preservação da dignidade humana, de modo que o espaço, a economia e o indivíduo possam desenvolver-se atrelados e “sustentados”.

⁴ Ao utilizarmos a expressão *A Distinção*, nos remetemos a pesquisa realizada por Bourdieu (2007) sobre o gosto, o *habitus* e as preferências sociais. Nesta obra, aparece a síntese das pesquisas que Bourdieu desenvolveu ao longo dos anos de 1970 sobre o processo de distinção social, sobre como os processos de configurações dados através do capital social, cultural, econômico e escolar constituem uma predisposição psíquica e social dos grupos que compreendem as estruturas. De certa forma, ela nos dá um aporte para pensar a distinção tanto cultural e econômica como um fator psíquico, estruturado e estruturante dado à dinâmica das relações sociais.

⁵ Elias (1994) denomina de *configurações* as redes de interdependência entre os indivíduos. Segundo ele, é essa rede de “interdependências entre os seres humanos que os liga”. Elas formam o nexo do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas “mutuamente orientadas e dependentes” (ELIAS, 1994, p. 249).

Nesse sentido, *Empreendedorismo Social* apresenta-se como forma de oposição ao empreendedorismo econômico, pois ele resgata o valor do homem nas relações sociais em que o capital se faz presente. O interesse voltado para a compreensão do *Empreendedorismo Social* possibilitou em inúmeras pesquisas, dentre elas merece destaque a realizada por Oliveira (2004) na qual enfatizou a superação da mera transferência de tecnologias de gestão organizacional das empresas para a aplicação no terceiro setor, pois:

[...] tanto o conceito como a prática do empreendedorismo social derivam de entendimentos e intenções frente à vontade de mudar o cenário causado pelos impactos de uma globalização de efeitos paradoxais, que ao mesmo tempo em que gera riqueza e ciência e tecnologia, também produz um gigantesco exército de famintos e excluídos, produzidos principalmente pela desigualdade social e econômica, marcada e acentuada pela concentração de renda e problemas sociais históricos, principalmente para os chamados países do terceiro e quarto mundo (OLIVEIRA, 2004, p. 58).

Como é notório, Oliveira (2004) nos traz a proposta de *Empreendedorismo Social* como uma visão *pós-moderna*⁶ do empreendedorismo, visto que ele se contrapõe a “violência” do capitalismo ao propor a mudança dos impactos da modernidade e globalização na vida econômica e social, como as desigualdades sociais, o desemprego, a exclusão, a fome etc.

Nesse sentido, o *Empreendedorismo Social* suscita a reflexão sobre o *Projeto de Modernidade*⁷, sobre a reconstrução da vida social. Segundo Noruzi, Westover e Rahimi (2010) são exemplos de empreendedorismo social o processo da sustentabilidade financeira e a prática de ações inovadoras cujo intuito é a transformação e a subsistência familiar. Vale ressaltar, entretanto, que para alguns autores o fenômeno do empreendedorismo social é entendido como um produto de deficiências produzidas pela globalização, enquanto outros pensadores, como Albagli e Maciel (2002) concebem esse fenômeno como resultado intrínseco ao processo histórico das sociedades, ou seja, é algo natural do sistema, por exemplo no *liberalismo vitoriano* que conciliava o desenvolvimento econômico com o progresso social.

Por fim, podemos dizer que o *Empreendedorismo Social* se configura pela relevância dada à socialização, ou seja, pela distribuição de forma igualitária. Segundo Dees (1998) o ponto central do *Empreendedorismo Social* é a socialização, a inclusão. Diante dessas considerações, é relevante apresentar algumas características do empreendedor social que são elencadas no pensamento de alguns autores. Silva (2009) estabelece algumas características e habilidades de que empreendedores sociais devem ter para que os objetivos de suas atividades se efetivem. Ver tabela a seguir:

⁶ Dar-se o nome de *pós-modernidade* o que muitos teóricos, em especial, Touraine (1993) e Giddens (1994), preferem chamar de reconstrução da modernidade, pois, de acordo com eles a crítica à modernidade não deve ser realizada em oposição (antimoderna ou pós-moderna), mas, ao contrário, a uma redescoberta da modernidade em todas as suas dimensões, para eles, preferencialmente, essas mudanças paradigmáticas devem ser vistas como uma fase de reconstrução da própria modernidade, chamada pelos mesmos de nova modernidade.

⁷ Sobre o *Projeto de Modernidade*, ver Giddens (1994), obra na qual o autor discorre sobre a noção de reflexividade, que consiste numa análise pautada num sujeito reflexivo, que se opõe a noção determinista presente na origem das ciências sociais e humanas de que o indivíduo é determinado pelo social. Segundo ele, o indivíduo moderno não é passivo, é um indivíduo capaz de refletir sobre a estrutura e adequá-la a suas necessidades, criando, imitando e transformando realidades. Ainda segundo o autor, é necessário repensarmos o que entendemos por modernidade e suscitarmos um projeto teórico sobre ela, para que assim possamos entender as mudanças paradigmáticas fruto dos ideais advindos do próprio projeto de construção e/ou reconstrução da Modernidade.

Tabela 01: Características/habilidades do empreendedor

Características/ Habilidades	Referência
Cooperativo, comunicativo, pragmático, empático, criativo; forte e ético.	Johnson (2000)
Sinceridade, paixão, confiança pessoal e organizacional, planejamento, habilidade para improviso.	Boschee (2008)
Criativo, líder.	Melo Neto e Froes (2002)
Inovador, temerário, transparente.	Dees (1998)
Aquele (pessoa física/jurídica ou ONGs) que busca mudanças; Centrado na sustentabilidade; Centrado na superação de problemas sociais, como a exclusão, a fome, o desemprego etc.	Noruzi, Westover e Rahimi (2010)

Fonte: Tabela adaptada de Silva (2009).

Destarte, é relevante retratar que independente do tipo de *Empreendedorismo Social*, ele se configura como um processo bastante importante para as sociedades atuais e que não se constitui em um objeto, mas em um processo que possui particularidades, tanto no seu desenvolvimento como nas interpretações acadêmico-científicas. Entretanto, vale ressaltar que apesar das singularidades interpretativas, há algo em comum e similar, a apreensão da oportunidade, o aspecto da inovação, a criatividade e a necessidade de construção de políticas públicas direcionadas à sustentabilidade social.

3 EMPREENDEDORISMO, ECONOMIA CONTEMPORÂNEA E FORMAÇÃO

O mundo contemporâneo vive uma realidade bastante divergente de algumas décadas atrás, apresentando uma nova relação de mercado e trabalho na qual abre espaço para ações empreendedoras, tanto de indivíduos, como de instituições diversas. Nesse contexto apresenta-se uma ruptura com o sentido do vocábulo “trabalho” que não deve estar associado somente à ideia tradicional de algo que estabelece um vínculo empregatício, pois essa percepção está se modificando conforme processos da própria economia, abrindo espaço para a noção de profissionais autônomos, liberais e cooperativas.

A sociedade contemporânea tem provocado mudanças em todos os âmbitos e conjunturas estendendo-se até as universidades, pois há algumas décadas um diploma tinha o significado de manutenção de um emprego e de uma vida estabilizada, nos dias atuais esse pensamento e ideia está desaparecendo devido à nova realidade competitiva que é posta e que, por sua vez, instiga o preparo de indivíduos empreendedores e inovadores, que muitas vezes não precisa, necessariamente, ter nas mãos um diploma.

Conforme escreve Dolabela (1999) a expansão do empreendedorismo se dá pelos seguintes motivos:

- **Resposta ao desemprego:** devido o aumento do desemprego o empreendedorismo passa a ser visto como um processo que ocasionará a sua erradicação ou minimização, por isso passa a ser trabalhado nas escolas e universidades.

- **Auto-realização dos indivíduos:** as ações empreendedoras possibilitam um reconhecimento dos seus praticantes (empreendedores) e, posteriormente, a satisfação pessoal devido o alcance dos objetivos, permitindo com que o indivíduo valorize as suas qualidades e seja instigado a persistir em realizar novas tarefas para alimentar o seu ego e acarretar um desenvolvimento econômico e social.
- **Amparar as novas e pequenas empresas:** diante do mercado contemporâneo e do cenário “micro e macro”, o primeiro surge como uma oportunidade para novos empregos que possibilitaram o seu desenvolvimento e o progresso do micro.
- **Instigar o desenvolvimento econômico:** o progresso econômico está alcinado nas micro e pequenas empresas que têm se configurado nas maiores responsáveis pelo crescimento econômico do país e do mundo.

O processo de formação para se tornar uma pessoa empreendedora é um assunto debatido por inúmeros autores, pois é um processo que envolve complexidade e agentes. De acordo com Dalabela (1999) uma pessoa empreendedora é capaz de aprender sozinha como deve agir e como deve ser um sujeito inovador e criativo. Logo, ele tem a capacidade de buscar sozinho os conhecimentos necessários, sendo capaz de fazer as coisas acontecerem e antecipando-se dos acontecimentos futuros. Dalabela (1999) escreve ainda que o mais importante para a construção da cultura empreendedora, é ter exemplos de pessoas que relatem o que fizeram e os mecanismos de enfrentamento dos problemas enfrentados. Nesse sentido, empreender e ensinar é combinação que não deve ser desfeita, pois é poderosa e importante.

Segundo Filion (2001) o desenvolvimento da cultura empreendedora é algo que não deve ser limitado e restringido ao âmbito do emprego ou trabalho em um pequeno negócio, pois é algo mais amplo que pode ser realizado junto aos interesses da família, das microempresas, do emprego autônomo, da cultura empreendedora ecológica, o empreendedorismo ligado a tecnologias, às cooperações, à criatividade e inovação dos grupos.

3.1 A AGRICULTURA URBANA, AS HORTAS E A GESTÃO PÚBLICA

Na atual era da globalização, vários profissionais e intelectuais das ciências humanas e sociais tem se dedicado a argumentar sobre a questão urbano-rural. Dentre eles, ressaltamos Mougeot (2000), Weid, (2004), Madaleno (2002) que afirmam a importância dos debates acerca da indissolubilidade entre esses dois fatores, o urbano e o rural.

Embora o tema de agricultura urbana esteja em construção, já vem sendo utilizado por organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), como também de diversas organizações não governamentais e governos do mundo inteiro. A questão conceitual da *Agricultura Urbana* passa pelo questionamento sobre o que há de próprio na agricultura urbana, para que ela seja

considerada objeto de investigação e de políticas específicas. Nesse sentido, os principais elementos de definição da agricultura urbana são: os tipos de atividades econômicas desenvolvidas; as categorias e subcategorias de produtos (alimentares e não alimentares); característica locacional (intra-urbano e peri-urbano); tipos de áreas onde é praticada; tipos de sistemas de produção e destino dos produtos e escala de produção (MOUGEOT, 2000).

Conforme escreve Sequeira (2014, p. 41) “as experiências urbanas com agricultura se dirigem à valorização de espaços limitados, onde residem populações socialmente marginalizadas, para uma produção voltada ao autoconsumo”. Isso possibilita o aumento da oferta de alimentos e a “diversificação da dieta das famílias”. Percebe-se também que a experiência da agricultura urbana “vem permitindo que as famílias envolvidas fortaleçam seus laços de vida comunitária, condição indispensável para a emergência de estratégias coletivas para fazer frente aos riscos de insegurança alimentar e nutricional” (SEQUEIRA, 2014, p. 41).

Para Madaleno (2002), a promoção da agricultura no meio urbano tem contribuído para tornar as cidades mais produtivas e autossuficientes, isto aliado ao apelo ambiental que esta atividade apresenta, resgatando a comunhão do ser humano com a biodiversidade natural e a agricultura, mesmo em tempo parcial.

Destarte, a agricultura familiar urbana é um projeto que envolve os aspectos econômicos e sociais e que abrange vários tipos de empreendedorismo, não se limita a um tipo, pois trabalha com o interesse de lucro, de riquezas, de preservação, de sustentabilidade, e no decorrer desse processo se constrói laços, costumes e solidariedade.

Diante disso, vale apresentar uma análise microrregional, ou seja, um estudo particularizando o Brasil. Segundo Beltran (1995 *apud* Arruda 2006) nos últimos 50 anos o Brasil tem passado por um processo de urbanização um pouco acelerado, tendo em vista que houve um aumento do crescimento das cidades e da população urbana, essa que, por sua vez passou por um novo processo de distribuição, pois grande porcentagem advinham do mundo rural a procura de melhores condições de vida e de novos empregos. Beltran (1995) escreve ainda que na década de 40 a população que vivia nas cidades contabilizava 25% enquanto que em 2000 houve um aumento para 82% do total de 169 milhões. Essas pessoas sofreram um processo de desnaturalização de saberes e costumes relacionados a agricultura devido ao novo espaço onde irá ser constituído suas relações sociais.

Madaleno (2008) afirma que a agricultura urbana é um fenômeno cujo objetivo é a minimização da pobreza, tendo em vista que possibilita a geração de rendas e empregos, tendo como aspecto positivo e sustentável o trabalho com a questão ambiental. A agricultura urbana e familiar é acatada como um fenômeno que integra vários setores nas cidades e que deve ser apoiado por inúmeras políticas sociais que objetivem promover a cidadania e a sustentabilidade nas cidades urbanizadas das grandes e pequenas cidades.

O conceito de *Agricultura Urbana*, entretanto, é algo muito amplo e complexo. Losada (1998 *apud* Arruda 2006) retrata que um dos fatores mais utilizados como parâmetros para o processo de conceituação é a localização peri-urbana ou infra-urbana, entretanto apresenta a insuficiência de estudos em relação a distinção dos termos, as poucas entrevistas apresentam argumentos variados e

já outros apresentam que uma área suburbana e peri-urbana é caracterizada conforme a quantidade de edificações existentes na região e em relação a porcentagem de áreas abertas por quilômetros quadrados.

De acordo com Lopes (2004) a agricultura urbana é um fenômeno que pode ser comparado com a horticultura, tendo em vista que dentro da sua estruturação encontra-se a produção de diversos produtos e/ou culturas, como a jardinocultura, as ervas medicinais e condimentares, a floricultura, a viveiricultura etc. Dentre essas modalidades, vale apresentar que um dos tipos mais presentes no Brasil são as hortas que, por sua vez, se constituem em um tipo de olericultura.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA URBANA

A agricultura urbana e familiar enquanto projeto sustentável está intimamente relacionada às políticas públicas, pois está diretamente ligada a políticas públicas em prol do desenvolvimento econômico e social, contra o combate ao desemprego, a fome e a exclusão. Da mesma forma, esse fenômeno também está associado a políticas em defesa dos direitos humanos, da sua dignidade e também de políticas públicas direcionadas ao meio ambiente, ao contato do homem com a natureza e a preservação dos campos. Posto isso, é importante frisar que o tipo de política pública influencia na maneira de intervenção e no desenvolvimento das metas e objetivos, pois enquanto no social o escopo primordial é uma melhor qualidade de vida para aos indivíduos, o bem-estar destes, na econômica, por exemplo, o interesse descentralizará na qualidade de vida e passará para as leis fiscais etc. (GESTIOPOLIS, 2005).

Diante do quadro econômico-social já explorado é indispensável se pensar a necessidade de políticas de valorização da produção agrícola urbana e familiar, de modo que o seu desenvolvimento seja incentivado, facilitado, orientado e acompanhado. Isso se dá pela elaboração de políticas que incentivem a agricultura urbana, para os indivíduos participantes possam manejar os recursos hídricos, orientação técnica para uso de tecnologia apropriada para atividades, facilitação do acesso a utilização da terra urbana, a profissionalização e capacitação dos beneficiários etc.

3.3 O CASO DA HORTAS COMUNITÁRIAS

As hortas que são produzidas e cultivadas, podem ser elaboradas conforme os objetivos, estes são delimitados, dependendo do órgão, do grupo ou da pessoa que irá produzir a horta. Os conceitos e os objetivos das hortas comunitárias e institucionais (escolares e terapêuticas) que trataremos a seguir foram elaborados de acordo com o pensamento de Lopes (2004), a saber: hortas escolares, hortas terapêuticas e hortas comunitárias.

As **hortas escolares** são elaboradas por diversas pessoas, independente da idade e sexo que compõem as escolas, tendo em vista que esse tipo de horta é cultivada pelos alunos, pais e professores, cujo intuito é promover a reciclagem, a produção de alimentos, interação entre as crianças, adolescentes

e adultos, educação alimentar e o desenvolvimento das características humanas individuais. Essas hortas podem ser utilizadas para pôr em prática fundamentos da biologia ecologia, técnicas agrícolas e para reforçar a alimentação escolar do corpo da escola.

Já as **hortas terapêuticas** são cultivadas por uma categoria de pessoas diferente das escolares, na medida em que nesse tipo de horta os idosos, as pessoas com problemas mentais e portadores de necessidades especiais são os sujeitos praticantes dessa atividade, as finalidades dessas hortas está em possibilitar um tratamento fitoterápico. Promover uma atividade ocupacional para essas pessoas e desenvolver as suas capacidades psicomotoras.

E por último, mas não menos importante, as **hortas comunitárias** que são desenvolvidas pelas famílias e os diversos moradores das comunidades em conjunto com as cooperativas que, por sua vez, são responsáveis pelos aspectos relacionados a produção, ou seja, gastos, lucros e custos do processo produtivo. Nessas hortas há uma participação do poder público ao contribuir com o suporte técnico e a fiscalização das mesmas.

Diante disso, vale ressaltar, que os principais objetivos dessas hortas é promover a manutenção da biodiversidade das espécies de plantas, construção de um microclima, utilizar de forma racional o espaço urbano, possibilitar uma segurança alimentar em casos de insuficiência, escoamento de águas da chuva, minimização da temperatura e da pobreza, assim essas hortas podem possibilitar um clima mais agradável aos moradores e melhores condições de vida para aquelas pessoas que vivem em condições precárias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise bibliográfica e das considerações já realizadas nesse trabalho, ressaltamos primeiramente a necessidade de retificação dos conceitos de sustentabilidade e empreendedorismo. Dado o atual contexto político e econômico, assim como os ideais que constituem os pilares do desenvolvimento humano postulados no decorrer da modernidade, urge a necessidade de resgate da dignidade humana e de construção de políticas públicas que possibilitem meios de subsistência da população e diminuição dos índices de desigualdade social, desemprego, fome, entre outros.

Nesse sentido, é de grande relevância suscitar o papel do estado na formação e incentivo a economia local e incentivo ao empreendedorismo com foco na sustentabilidade ambiental, econômica e também social.

Tendo como base o referencial teórico analisado, podemos inferir que as hortas comunitárias urbanas ou hortas familiares podem ser compreendidas como uma grande oportunidade de distribuição de emprego e renda e modos de subsistência. Entretanto, vale ressaltar que ainda há inúmeras barreiras políticas e culturais ao se pensar a agricultura urbano-familiar e sua implementação, visto que para sua efetivação é necessário a implementação de estratégias e plano de ação contínuo de estímulo, orientação, acompanhamento e apoio técnico-especializado para que as hortas comunitárias se efetivem como modo de subsistência e como prática econômica.

Esse processo é lento, mas necessário, tendo em vista as realidades atuais e a possibilidade de

intensificação da quebra paradigmática com relação à noção de capital social, a exclusão e a distinção social. Para tanto, se faz necessária a elaboração de um projeto político-social centrado na dignidade humana, na sustentabilidade humana e social.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita e MACIEL, Maria Lúcia. **Capital social e empreendedorismo local**. (2002). Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20SaritaMLucia.PDF>>. Acesso em: 04 de setembro de 2013.

ARRUDA, J., 2006, **Agricultura Urbana e Peri-Urbana em Campinas/SP: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas**. Tese de M.Sc., Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2006.

AYRES, Bruno R.C. **Os centros de voluntários brasileiros vistos como uma rede organizacional baseada no fluxo de informações**. Revista de Ciência da Informação, v.2, n.1, fev/2001.

BARON, Stephen; FIELD, John; SCHULLER, Tom. **Social capital: critical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

COSTA, Alessandra Mello da; BARROS, Denise Franca; CARVALHO, José Luis Felício (2011). **A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo**. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n2/v15n2a02.pdf>>. Acesso em 10 de Outubro de 2013.

DEES, J. G. (1998). **The meaning of "social entrepreneurship."**Center for the Advancement of Social Entrepreneurship, Fuqua School of Business, Duke University. Retrieved February. Disponível em:<http://www.fuqua.duke.edu/centers/case/documents/dees_sedf.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2013.

DOLABELA, Fernando. **O Ensino de Empreendedorismo no Brasil: Uma Metodologia Revolucionária**. São Paulo. Fundação Vanzolino. Projeto.1999.

DRUKER, P.F. **Inovação e Espírito Empreendedor**. São Paulo. Editora Pioneira, 1987.

FILION, L.J. **Carreiras Empreendedoras do Futuro**. Revista Sebrae. São Paulo. 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FAO-SOFA. **The state of food and agriculture**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. FAO. Roma, 1998.

GAIGER, Luiz **A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários**. Sociedade e Estado. Brasília: UNB, 2006.

GESTIOPOLIS. **Política**. Disponível em: <www.gestiopolis.com/recursos/experto/catsexp>. Acesso em 30 de janeiro de 2005

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991

GODOI-DE-SOUZA, E. **Empreendedorismo Social e Franquia Social no Brasil**. In: V Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2008, São Paulo. V EGEPE, 2008.

GONÇALVES, T. M. **Cidade e poética: um estudo da psicologia ambiental sob o urbano**. Injuí: Ed. Unijuí, 2007.

LOPES, F. J. R. **Horta comunitária e escolar**. Campinas: GDR/CEASA, 2004.

MADALENO, I. M. **Políticas de apoio à agricultura urbana em Lisboa e Presidente Prudente**. *Revista de Agricultura Urbana*, n. 4, 2001. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU4/AU4lisboa.html>>. Acesso em 28 de outubro de 2013.

_____. **A Cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potential and risks. In: BAKKER, N.; DUBBERLING, M.; GUNDEL, S.; SABEL-KASCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Ed.). **Cidades que crescem cultivando alimentos: Agricultura urbana na agenda política**. Faldafing: DSE, 2000. p. 1-42.

NORUZI, M. R.; WESTOVER, J. H.; RAHIMI, G. R. **An Exploration of Social Entrepreneurship in the Entrepreneurship Era**. *Asia Social Science*, Vol. 6, No. 6, 2010.

OLIVEIRA, E. M. (2004). **EMPREENDEDORISMO SOCIAL, COMBATE À POBREZA E DESAFIOS PARA GERAÇÃO DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL**. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/745-2631-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/745-2631-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em 15 de Agosto de 2015.

OLIVEIRA, D. M.; ROCHA, M. C. L., XIMENES, P. K. M., CÂMARA, S. F., PINTO, F. R. **Empreendedorismo Social com Inclusão Digital: O Caso Pirambu Digital**. In: V Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2008, São Paulo. VEGEPE, 2008.

QUINTÃO, Carlota (2004), **“Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego”**. Seminário social e Mercado de Emprego” Painel: Políticas Sociais e Mercado de Emprego – Universidade Fernando Pessoa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 28 de abril.

RAZETO, Luis (1993). Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, p. 34-58 (Col. Questões da Nossa Época, 25).

STEWART, Thomas A. **Capital Intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SEQUEIRA, Gisela Romariz (2014). **Agricultura Urbana e Periurbana no Curuçambá em Ananindeua, Região Metropolitana de Belém: perspectivas e desafios**. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6764/1/Dissertacao_AgriculturaUrbanaPeriurbana.pdf>. Acesso em 10 de Janeiro de 2015.

SILVA, Paulo Cezar Ribeiro da (2009). **Práticas sustentáveis de empreendedorismo social**. Disponível em: <http://www.craes.org.br/arquivo/artigoTecnico/Artigos_Praticas_sustentaveis_de_empreendedorismo.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. **A busca de si. Diálogo sobre o sujeito**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

VERHEU, I.; WENNEKERS, S.; AUDRETSCH, D; THURIK, R. **An eclectic theory of entrepreneurship: policies, institutions and culture**. Amsterdam: Tinbergen Institute, 2001.

WOOLCOCK, Michael. **The place of social capital in understanding social and economic outcomes**. In: International Symposium on The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being. Quebec: Human Resources Development Canada and OECD, March 19-21, 2000.

WEID, J. M von der. **Agroecologia: condição para a segurança alimentar**. *Agriculturas – Experiências em Agroecologia*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 4-7, 2004.

